

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE MANAUS: DA NEGAÇÃO DA HABITAÇÃO À PRODUÇÃO DA(S) PERIFERIA(S)

Matheus Vieira Areb¹

NPUR/UEA

Sessão Temática 5: Direito à cidade e habitação no Brasil

Resumo: A dinâmica urbana de (re)estruturação do espaço na cidade de Manaus é marcada por novos e antigos processos que tem na sua centralidade a questão habitacional. As formas de negação da moradia criam processos de segregação periférica tendo palafitas e ocupações informais como soluções habitacionais. O objetivo do trabalho é analisar a configuração espacial da área urbana de Manaus, focando na produção de áreas segregadas além de compreender a história da produção do espaço, analisando através da necessidade da habitação como surgiram os processos de segregação na cidade e sua configuração urbana atual. Os caminhos metodológicos basearam-se na análise de dois trabalhos (BARTOLI, 2011; BARBOSA, 2017) para compreender como se estrutura a configuração urbana da cidade e a produção do espaço. Utilizou-se de experiências de pesquisas² realizadas em duas áreas de ocupações informais com observações e registros de entrevistas. Conclui-se que o processo de exclusão territorial pela falta de moradia cria uma relação de oposição não mais entre centro-periferia, mas através de uma reestruturação urbana com contrastes entre Zona Oeste e Zona Leste, pela valorização imobiliária e concentração de renda mais alta ao longo de áreas na zona Oeste e Centro-Sul, com expansão urbana de camadas populares para Zona Leste.

Palavras-chave: Segregação; Moradia; Ocupações informais; Palafitas; Planejamento urbano.

URBAN CONFIGURATION OF THE CITY OF MANAUS: FROM HOUSING DENIAL TO THE PRODUCTION OF THE PERIPHERY(S)

Abstract. The urban dynamics of (re)structuring space in the city of Manaus is marked by new and old processes that have the housing issue at their core. The forms of denial of housing create peripheral segregation processes with palafitas and informal occupations as housing solutions. The objective of this work is to analyze the spatial configuration of the urban area of Manaus, focusing on the production of segregated areas in addition to understanding the history of the production of space, analyzing through the need for housing how the processes of segregation in the city and its current urban configuration emerged. . The methodological paths were based on the analysis of two works (BARTOLI, 2011; BARBOSA, 2017) to understand how the urban configuration of the city and the production of space are structured. Research experiences carried out in two areas of informal occupations were used with observations and interviews recorded. It is concluded that the process of territorial exclusion due to the lack of housing creates an oppositional relationship no longer between the center and the periphery, but through an urban restructuring with contrasts between the West and East Zones, due to real estate valuation and higher income concentration at the along areas in the West and Center-South zone, with urban expansion of popular layers towards the East Zone.

Keywords: Segregation; Home; Informal occupations; Palafitas; Urban planning.

CONFIGURACIÓN URBANA DE LA CIUDAD DE MANAOS: DE LA DENEGACIÓN DE VIVIENDA A LA PRODUCCIÓN DE PERIFERIA(S)

Resumen. La dinámica urbana de (re)estructuración del espacio en la ciudad de Manaus está marcada por nuevos y viejos procesos que tienen en el centro la cuestión de la vivienda. Las formas de negación de la

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Membro do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional (NPUR/UEA/CNPq).

² Pesquisas fomentadas pela Capes (PPGAS/UFAM/2020-2022 e PPGEU/UFPR/2022).

vivienda generan procesos de segregación periférica con palafitas y ocupaciones informales como soluciones habitacionales. El objetivo de este trabajo es analizar la configuración espacial del área urbana de Manaus, centrándose en la producción de áreas segregadas además de comprender la historia de la producción del espacio, analizando a través de la necesidad de vivienda cómo los procesos de segregación en el Surgió la ciudad y su configuración urbana actual. Los caminos metodológicos se basaron en el análisis de dos trabajos (BARTOLI, 2011; BARBOSA, 2017) para comprender cómo se estructura la configuración urbana de la ciudad y la producción del espacio. Se utilizaron experiencias de investigación realizadas en dos áreas de ocupaciones informales con observaciones y entrevistas registradas. Se concluye que el proceso de exclusión territorial por falta de vivienda crea una relación de oposición ya no entre el centro y la periferia, sino a través de una reestructuración urbana con contrastes entre las Zonas Oeste y Este, debido a la valorización inmobiliaria y mayores ingresos. concentración en las áreas extensas de la Zona Oeste y Centro-Sur, con expansión urbana de estratos populares hacia la Zona Este.

Palabras clave: Segregación; Casa; Ocupaciones informales; Palafitas; Urbanismo.

1. Introdução

Entre os anos de 1965 e 1980, Manaus, capital do estado do Amazonas, experimentou a força da integração nacional pelas demandas internacionais do capital. A articulação política, entre seus planos, teve início com a lógica retórica do “integrar para não entregar”, que definia a região amazônica, enquanto um “vazio demográfico” ao qual era necessário torná-lo funcional mediante a lógica integralizadora econômica. Desconsiderando a vida local já existente, os planos de governo, ano após ano, se impuseram de cima a baixo, como uma cartilha política (inter)nacional a ser seguida, revelando a lógica vertical do processo de integração da Amazônia.

Após o estabelecimento definitivo e prático da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1967, a capital enfrenta consequências de diferentes ordens. Bentes (1980, p. 116-118 apud SANTOS, 2009, p. 214-215) afirma que a ZFM tornou a capital amazonense um centro dinâmico, com melhor infraestrutura, aumento da renda per capita no estado, “população marginalizada” inserida no processo produtivo e aumento de salários tornando a economia local mais dinâmica. Em outro nível, os grandes planos nacionais e locais não conseguiram solucionar os problemas urbanos advindos do grande fluxo migratório para a região, de modo que a questão da falta de habitação tornou-se um problema significativo e foi fio condutor e força motriz para a expansão da cidade de Manaus que se deu em grande parte através da ocupação “irregular” de terrenos públicos e privados além de áreas inundáveis através dos canais fluviais urbanos dentro da cidade.

Esse processo de produção do espaço urbano em Manaus, aliado à prática da venda da terra como mercadoria e demais atos especulativos imobiliários, acaba por produzir uma cidade nos moldes da lógica capitalista: cidade fragmentada. A fragmentação do espaço na área urbana de Manaus, em um primeiro momento, pode ser percebida na paisagem da cidade, no contraste entre as áreas valorizadas e os bairros populares e as ocupações ao longo dos canais fluviais ou na franja urbana. As inúmeras dificuldades em conseguir pagar pelo preço da terra acabam por afastar os desprovidos de suficiente renda para as longínquas áreas da cidade se efetivando o processo segregador, sendo desprovidos das benesses do urbano. Desse modo, a cidade apresenta formas e conteúdos diferentes ao longo dos bairros: o que nos leva a pensar que existe uma diferenciação espacial ao longo da cidade, o que se intensifica quando pensamos na distribuição de equipamentos urbanos, infraestrutura e melhor mobilidade.

Entre o passado e o presente, a segregação urbana em Manaus deixou e deixa marcas aparentes capazes de serem analisadas pela perspectiva espacial nos estudos urbanos. Nesse sentido, é que o presente trabalho busca analisar a configuração espacial da área urbana de Manaus, com foco na produção de áreas segregadas. Procura-se compreender a história da produção do espaço urbano na capital Manaus, analisando através da necessidade da habitação, como surgiram os processos de segregação na cidade e como se encontra a configuração atual. Busco ao final, apontar a partir das formas como se efetiva uma espécie de negação da cidade aos grupos segregados e quais demandas serviriam de base para novas

políticas de possibilidade de acesso democrático à cidade que façam frente à produção de um “urbano vivido como privação” (CARLOS, 2014, p. 421).

O trabalho se justifica pela importância que a compreensão crítica da totalidade da cidade permite identificar as desigualdades no plano urbano que se estabelecem como entrave à cidadania plena. O reconhecimento espacial da cidade destaca as formas de segregação, sendo possível, aliado a dimensão histórica, reconhecer os vetores (aprofundamento na lógica do processo de segregação) que atuam como barreiras a negação da cidade, sendo assim, a possibilidade de ultrapassar as formas desiguais de produzir o urbano. Processos que se constituem enquanto um entrave a uma cidade mais coesa e democrática retardam a efetivação dos planos urbanísticos. Se constitui assim, cidades criadas a partir de um “não-planejamento” sempre a partir de padrões com ausência de planos em que não houve atenção às problemáticas urbanas. Reconhecer e conhecer a lógica interna desse processo segregador é estratégia de reconhecimento da possibilidade de transposição da cidade vivida como negação e efetivação do direito à cidade.

2. Estado da arte

Os estudos urbanos internacionais³ e brasileiros tem uma produção acentuada sobre os diversos processos de estruturação das cidades. Destacam-se dois trabalhos representativos que conseguem transpor a análise macro-escalar das grandes teorias urbanas pela análise da acumulação do capital e a urbanização e conseguiram chegar ao nível da vida, na trama urbana da luta cotidiana de ter um teto (e se possível for) ter um lote de terra para morar. O livro organizado por Erminia Maricato (1982) que tem como título “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial”, traz importantes artigos que discutem a problemática da habitação nas cidades brasileiras como o artigo de Paul Singer (1978) que discute questões como a natureza da renda da terra, os movimentos especulativos, imobiliários e de especulação em torno da casa e como se dá a estruturação do solo urbano a partir da valorização de umas áreas em detrimento de outras.

Essa forma de produzir a cidade no contexto capitalista é geradora de processos que se repetem. Mudam-se as cidades, mas a estrutura econômica cria padrões de desigualdade que se reverberam em todas elas, muitas das vezes a partir de formas semelhantes. É o que expõe Roberto Lobato Corrêa (2016) no artigo “Processos Espaciais e a Cidade” onde afirma que “os processos espaciais se efetivam por meio de formas espaciais” (CORRÊA, 2016, p.130). Uma dessas formas é a segregação definida pelo autor como uma “projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista” (CORRÊA, 1979, p. 106). Em face à exclusão de muitos, aqueles que necessitam de moradia buscam morar através das possibilidades. É nesse sentido que se assenta a centralidade da discussão da habitação para a (re)produção do espaço urbano, pois a busca pela moradia é criadora de formas na cidade e gera a expansão da própria cidade: é de se notar que diferentes soluções têm sido encontradas para se ter acesso à residência: “os cortiços, as favelas, a casa modesta construída pouco a pouco na periferia metropolitana são exemplos de soluções espontâneas” (CORRÊA, 1979, p. 106). Assim, a periferia surge como espaço pelos arredores da cidade apropriados por aqueles expulsos das áreas centrais, dotadas de infraestrutura, portanto, valorizadas pelo mercado imobiliário onde o preço da casa/terra está para muito além da remuneração das classes populares. Roberto Lobato Corrêa (1986) em “A periferia urbana” explica que esses são espaços da reprodução dos grupos sociais em que a percepção das suas condições de vida refletem a consciência das desigualdades sócio-espaciais (CORRÊA, 1986, p. 76). O autor também afirma que as distinguem-se entre si, por isso é necessário entender a “diferencialidade da periferia” de modo que “esta não se

³ Destaco a gênese de estudos urbanos pela perspectiva crítica: E. Reclus (1905.) e Kropotkin (2011-Texto original de 1892; 2009-Texto original de 1914.)

constitui em uma faixa circular homogênea” o que ocorre é que “Há periferias e periferias” (CORRÊA, 1986, p. 73).

Como compreender a constituição das zonas periféricas da cidade? Bolaffi (1982, p. 57) explica que é necessário para a compreensão do fenômeno da periferia compreender todos os fatores “pela análise de outras variáveis, menos evidentes e mais profundas, que atuam na dinâmica do crescimento metropolitano” (BOLAFFI, 1982, p. 57). Nesse sentido, é que através da mudança de escala ao nível da cidade analisada, se faz necessário aporte dos trabalhos desenvolvidos a partir da perspectiva local sobre a produção e a organização do espaço na cidade de Manaus-AM que tem suas análises da configuração da cidade a partir da perspectiva do déficit habitacional.

O trabalho de Carolina Santos (2009), “Direito à moradia na cidade de Manaus”, aponta que os impactos da migração para Manaus com a construção da ZFM, foi o grande contingente populacional migrando para a cidade que acabou gerando zonas de pobreza. O Estado, porém, apesar das políticas habitacionais/estratégias, não conseguiu atender a toda a rápida demanda crescente das ocupações que iam se espraiando pelos arredores da cidade (SANTOS, 2009, p. 215-216).

O trabalho de Fanciclei Maciel (2016) “Assentamentos precários: o caso de Manaus” reforça a problemática urbana advinda do fluxo migratório de 1970, ao mesmo tempo em que constata que “Não se identificava nenhuma proposta de política pública que acompanhasse o crescimento da demanda por moradia na cidade” (MACIEL, 2016, p. 220). A Tese de Tatiana Barbosa (2017) aprofunda e discute através da ideia de “exclusão territorial” dos grupos sociais excluídos que buscavam por moradia, como foi determinante a situação destes, para a criação de uma zona inteira na cidade. A zona leste de Manaus, “Esta área da cidade construída mediante a necessidade de aquisição de casas por parte da classe trabalhadora que adivinha a Manaus para impulsioná-la economicamente” (BARBOSA, 2017, p. 201). A autora aponta ainda que a (re)produção da moradia em Manaus pelos grupos excluídos se deu no “entorno do planejado”, ou através de um “planejamento para o outro”, mas nunca através de um plano urbanístico e/ou habitacional que levasse em sua plenitude a democratização da terra, ao contrário, as ocupações se tornaram legitimadas legalmente posteriormente, frente a incapacidade do Estado em lidar com a demanda por habitação, assim, a zona leste é “fruto da produção irrestrita de moradias em áreas irregulares que se perpetuam no urbano de Manaus até o dias atuais, como o lugar dos pobres” (BARBOSA, 2017, p. 201).

A compreensão da totalidade da cidade permite entender que os processos de exclusão das classes mais empobrecidas se dá em um movimento cíclico e dialético, pois a formação da periferia só se cria a partir da negação do centro e seu entorno e das áreas dotadas de melhor infraestrutura. O trabalho de Bartoli (2011) apresenta as formas das quais a implantação de grandes glebas e condomínios fechados trabalham para a fragmentação do espaço urbano em Manaus e a segregação através de “mecanismos de controle” que vem através do encarecimento da terra e das moradias principalmente para a porção da zona oeste da cidade.

3. Aspectos teóricos

A presença na mesma cidade de condomínios e favelas expõe uma cidade desigual, e assim é, pois a cidade capitalista, por essência, é o ambiente das contradições, do conflito e da segregação e isso se dá pela sua gênese. Singer (1998, p. 7) afirma que a cidade surge quando uma classe dominante começa a concentrar um excedente alimentar podendo se dedicar a atividades secundárias e terciárias. Com o capitalismo em sua primeira fase (mercantilismo), as cidades em suas aglomerações, tornam-se cada vez mais os espaços por primazia do comércio, entretanto, poucos habitantes tinham concentração de alto lucro.

Entre o capitalismo e a urbanização, as cidades tornaram-se cada vez mais polos de atração, surgem os fenômenos de explosão populacional. Nesses casos, o problema da falta de habitação se torna comum dentro da cidade pela lógica capitalista de acesso à terra: propriedade privada. Aqueles que não conseguem pagar pelo preço da terra e boas localizações se submetem a formas de moradias precárias, dentro da cidade, assim, como afirma Carlos (2020, p. 413) “a existência da propriedade privada da riqueza (gerada pelo conjunto dos membros da sociedade) está no fundamento da segregação socioespacial que caracteriza a cidade contemporânea como forma da desigualdade social”.

Nesse sentido é que as relações econômicas atuam diretamente na organização social e espacial dentro da cidade, criando uma cidade mercadoria, altamente fracionável com concentrações específicas, gerando agrupamentos de alta e baixa renda. Assim, o mercado atende aqueles que podem pagar. Essa lógica de produção da cidade em parcelas é a efetivação de uma cidade segmentada: “que aponta para uma separação dos moradores da cidade de acordo com o nível econômico e social, como evidenciam os espaços residenciais fechados de médio e alto padrão” (OLIVEIRA, 2015, p. 13).

A segmentação do espaço efetiva-se a partir da reiterada prática de segregação dos grupos sociais excluídos. Esse processo ocorre a partir de artifícios de exclusão. O valor do preço da terra afasta os de menor poder aquisitivo, concentrando elites e criando bairros de alto padrão. Afastados, os excluídos enfrentam barreiras de acesso à cidade em sua plenitude como espaço da possibilidade da realização da vida. Assim, a segregação age pelas vias materiais e simbólicas: afasta, dificulta acesso e estigmatiza. Esse processo é sustentado pelo discurso mercadológico da cidade: propagandas que anunciam a realização de uma boa vida apenas dentro dos enclaves fortificados ou das grandes glebas cercadas por muros (OLIVEIRA, 2015, p. 17-18).

Dentro da área urbana, a segregação efetiva-se de maneira prática. É através da lógica da venda da terra que as melhores áreas são vendidas àqueles que podem pagar. As “vantagens locacionais” acabam se constituindo como fator de distinção dentro da cidade, entre aqueles que ao morar, dispõe ou não de bom serviço. As vantagens locacionais são “determinadas principalmente pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos” (SINGER, 1982, p. 27). Na cidade capitalista, a estruturação do solo urbano tem a partir da configuração espacial, centros de valorização, ao quais a oferta de melhores serviços acabam caindo na medida em que se avança até as zonas de expansão segregadas: “Os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta” (SINGER, 1982, p. 29). Necessário compreender que esse processo se faz de forma diferenciada, a expansão urbana tende a chegar com bons serviços quando a frente da expansão estão as grandes glebas, o Estado ao promover boa infraestrutura às áreas mais longínquas atrai o mercado imobiliário que se beneficia dos serviços. Na periferia popular, em contexto de áreas de ocupação, o processo se faz às avessas, é o morador segregado que primeiro chega e precisa reivindicar a infraestrutura.

Como já exposto, a produção da casa está profundamente relacionada à produção da cidade (RODRIGUES, 1994, p. 28). As frentes de expansão da cidade pela franja urbana muitas das vezes tem como vetor, as vendas de lotes ou condomínios promovidos pelo mercado imobiliário ou pelas ocupações por aqueles que buscam uma moradia. Como já apontado, aqueles com melhor renda habitam em áreas mais bem servidas de infraestrutura, do outro lado, “aqueles que não podem apagar, vivem em arrendos de cidades, nas extensas e sujas “periferias” (RODRIGUES, 1994, p. 12). A análise acerca da periferia da cidade é um importante movimento de compreensão de como o crescimento urbano está se dando, pois as periferias (nos termos ideais) representam uma descontinuidade no processo de crescimento da cidade, ou seja, dos planos urbanísticos a periferia se constitui como um desvio a organização orgânica da cidade, fruto de processos desiguais de acesso às benesses do urbano, como afirma Bolaffi (p. 57) “o principal fator responsável pela deterioração física, social e econômica das cidades

brasileiras é o processo periférico de crescimento, ou seja, o padrão descontínuo de expansão da mancha urbana”. Não é apenas pela geometria irregular que a periferia preocupa, mas para além da forma, o conteúdo. É necessário que se ao focar na caracterização de uma determinada área periférica se analisem todas as variáveis “menos evidentes e mais profundas, que atuam na dinâmica do crescimento metropolitano” (BOLAFFI, 1982, p. 57), pois ela ajuda a entender os tipos de periferia existentes, além de contribuir na apreensão no padrão de crescimento local além de como na determinada cidade, o uso do solo está se dando, assim, a existência da periferia revela muito sobre processos internos da produção da cidade: se há uso democrático da terra ou não.

Ao longo das periferias da cidade existem algumas formas de ocupação do solo: duas delas são os loteamentos e ocupações. Loteamentos são feitos a partir de empresas imobiliárias, que arrematam grandes porções de terra, dividem os lotes, abrem ruas, desmatam e os vendem por um preço maior. Os preços podem variar a partir da localização do lote, relevo ou a presença de construções já presentes ou não (RODRIGUES 1994, p. 26). As ocupações são movimentos (1) geralmente organizados que ocupam áreas privadas ou da União como áreas verdes, (2) são irregulares do ponto de vista político-jurídico, (3) as primeiras habitações geralmente são precárias: barracos, (4) há uma forma na ocupação previamente delimitada a partir dos lotes e futuro arruamento etc. e (5) as relações sociais que se desenvolvem geralmente dependem de solidariedade e criatividade para lidarem com as vicissitudes do espaço ocupado. (RODRIGUES, 1994, p. 45).

4. Abordagem metodológica

A pesquisa e sua construção contam com etapas de análise. Para entender a configuração atual do espaço urbano de Manaus, foi necessário a leitura de trabalhos que explicassem o surgimento de suas diferentes zonas. A pesquisa contou com dados primários através de observações de campo ao longo das chamadas áreas informais de habitação na cidade e nestes espaços foram realizadas entrevistas que variam entre as formais e informais. Os dados secundários são através de fontes bibliográficas tendo como base principal os resultados dos trabalhos de Barbosa (2017) no estudo (com ênfase) da zona leste e apontamentos sobre a zona norte, centro-oeste e centro-sul e do trabalho de Bartoli (2011) na zona oeste. Foi possível entender a totalidade do espaço urbano manauara (e sua (re)produção), através da análise conjunta dos dois trabalhos, entre zonas de enclaves e valorização imobiliária e áreas majoritariamente ocupadas irregularmente. Posteriormente, demais leituras teóricas forneceram elementos necessários para compreensão da produção do espaço urbano da cidade.

Após as análises teóricas e históricas, no segundo momento, os resultados das duas pesquisas de campo são analisados como recurso de análise das considerações teóricas já feitas. As duas pesquisas têm em Manaus seu local de campo (Figura 1). A pesquisa referente às casas de palafitas em Manaus é fruto de trabalho de campo desenvolvido no âmbito do Mestrado em Antropologia Social (PPGAS/UFAM). ⁴As pesquisas relacionadas às ocupações informais em terra firme, ao longo da zona leste, se encontram em fase inicial (2022) no âmbito do Doutorado em Geografia (PPGEO/UFPR).

⁴ A pesquisa se encontra em fase finalizada (2020-2022) no âmbito de mestrado (PPGAS/UFAM) e segue com desdobramentos analisando demais áreas inundáveis que funcionam como espaços de moradia em Manaus.

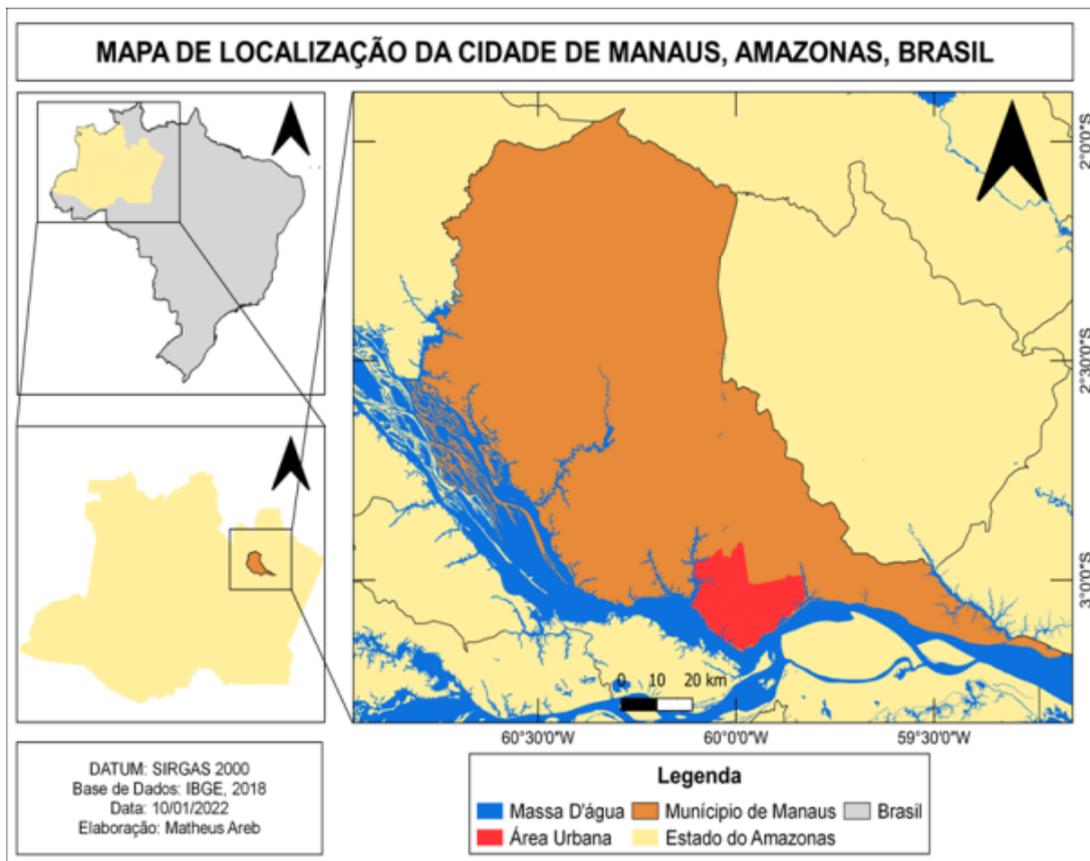


Figura 1: Mapa de localização cidade de Manaus (fonte: elaborado pelo autor).

Nos dois locais de pesquisa, foi realizado um primeiro reconhecimento do local, seguido de conversas informais e posteriormente, entrevistas semiestruturadas, além de observação participante. A observação dos espaços mediante as práticas sociais e espaciais dos moradores em áreas ocupadas foi feita levando em consideração espaços necessários para sociabilidade e vida cotidiana como um todo em suas necessidades básicas, considerando que a produção de seu espaço próprio é expressão da reprodução de suas relações e das possibilidades frente um contexto de precariedade habitacional.

5. Resultados e Discussões

5.1 Gênese do espaço urbano de Manaus: de vila a cidade e nela às ocupações

Para compreensão da produção do espaço urbano de Manaus, utilizo a tese de Tatiana Barbosa (2017) que explica a construção da configuração atual da cidade através da produção da moradia e das ocupações irregulares, defendendo a ideia de que estas ocupações foram convenientes para o Estado em meio à crise habitacional e aumento populacional nas sucessivas migrações para a capital criando as periferias da cidade. Chamo-as de ocupações informais, pois como afirma Rodrigues (1984, p. 24), a produção da casa nas favelas e ocupações “está ausente à legitimidade jurídica”, portanto são consideradas irregulares do ponto de vista da legalidade da forma (sistema de propriedade privada) capitalista/burocrática de acesso a terra.

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas tem seu surgimento por volta de 1669 a partir da colonização portuguesa e com a construção do forte da Barra de São José do Rio Negro construído usando mão de obra indígena. Aquilo que hoje se conhece como estado do Amazonas era em 1758 a chamada Capitania de São José do Rio Negro com capital localizada na vila de Barcelos (hoje município). A dinâmica espacial da Vila da Barra começa a mudar em 1792 quando o governador Manoel Lobo D’almada transfere a capital de Barcelos para a Vila da barra gerando a construção de estabelecimentos e prédios públicos, a decisão é

revertida e Manaus só volta a se tornar novamente sede da capitania em 1808 já com intensa ocupação aos arredores do forte. Em 1848, a então chamada “Vila de Manaós” é promovida a sede da Província, sendo chamada de “cidade da Barra do Rio Negro”. Em 1856 muda seu nome para a “Cidade de Manaós”. Em Manaus, as características do ambiente são um fator emblemático para a produção da cidade, os inúmeros igarapés aparecem como modeladores úmidos para os governantes europeus em um primeiro momento, que se desviam deles para construção de rotas e casas (BARBOSA, 2017, p. 37).

Assim, a gênese espacial histórica pensada para a cidade foi desde sempre de negação de seu ambiente em função de um planejamento exógeno pautado no modernismo europeu reticular, desse modo, “o resultado é a ruptura da continuidade espacial entre a sociedade mestiça em construção e o que havia anteriormente” (FREIRE, 1994, p. 159) a ideia de planejamento foi de negação da cidade das águas “para construir a ‘Paris dos Trópicos’ ou a ‘Miami Brasileira’” (FREIRE, 1994, p. 159).

Não apenas a cidade de Manaós ganhou força econômica com o látex, mas também o trânsito de navios que ancoravam no cais, dinamizando a cidade e se valendo dos abastecimentos que ela podia prover. O rompimento entre os ares da antiga vila e o novo centro da economia gomífera, tem nos anseios da nova elite local seu ponto de ruptura. A produção do espaço urbano na cidade é marcada pelo estilo de vida europeu almejado, assim, seus anseios “extrapolam os limites da vida amazônica por serem reflexos dos modos de vida do que eles entendiam como civilizado, ou seja, o modo de vida europeu” (BARBOSA, 2017, p. 39). Com o início das transformações urbanas, a cidade indígena, de migrantes do sertão e caboclos banhadas por rios, passa de cidade da floresta a Paris dos Trópicos, assim, “a elite local tentava absorver o estilo de vida do europeu, em específico, o francês, seja pela vestimenta, hábitos e construções” (BARBOSA, 2017, p. 39).

Após a proclamação da república em 1889, o governador Eduardo Gonçalves Ribeiro foi o responsável por intensas transformações urbanas e o início de uma expansão da cidade. Prédios públicos, saneamento, postes de luz, bondes, pontes e ruas pavimentadas marcaram sua gestão. As transformações pela qual passou Manaus fez parte de sua nova posição econômica, nesse sentido os planos urbanos obedeciam à lógica da produção, “para que a cidade pudesse servir com eficiência os seus novos donos, que se encarregam diretamente de promover essas transformações de acordo com seus interesses” (FREIRE, 1994, p. 173).

Eduardo promoveu a expansão dos limites da cidade pautado no “embelezamento de Manaus”, Alguns bairros importantes foram criados em sua gestão como Praça 14 de janeiro, Morro da Liberdade, São Geraldo, Presidente Vargas e Educandos. O traçado da cidade baseado na reforma de Paris, “tabuleiro de xadrez”, revela que o crescimento da cidade se dava até os limites da parte leste, onde o igarapé da Cachoeirinha não permitia ainda a expansão para esse lado. No norte, a cidade tinha seus limites até o cemitério municipal, hoje, Av. Boulevard. O traçado urbano tentava impor a forma moderna à cidade das águas, ora a superando, ora sendo barrado por elas (BARBOSA, 2017, p. 50).

Com a crise da borracha e a baixa na extração do látex, os trabalhadores retornam dos seringais e se deslocam para a cidade atrás de trabalho e moradia, é nesse período que se tem um importante episódio da produção do espaço na cidade. Com a falta de moradia, em 1922 surge em Manaus à cidade flutuante, casas construídas sobre troncos de Madeira na frente da cidade de Manaus, pouco a pouco, uma a uma, as casas juntas ganham o contorno como de uma grande comunidade sobre as águas, a chamada “cidade flutuante”.

O problema das ocupações urbanas em Manaus tem sua manifestação mais intensa e visível desde 1965 quando o Estado resolve remover os moradores da cidade flutuante. Para o então governo militar, a cidade flutuante não era adequada para se localizar em frente à cidade e destoava dos novos projetos pensados para integração da região ao resto do país. Para os agora desprovidos da moradia, “Estes moradores foram remanejados para as zonas noroeste,

sudoeste e oeste de Manaus e ficaram a um raio de até 07 km de distância de onde era o núcleo central da cidade flutuante que se situava no centro da capital amazonense” (BARBOSA, 2017, p. 52). Assim, os pobres desde sempre foram colocados para as áreas longínquas da cidade, este fato marca a história e a lógica de produção do urbano em Manaus, de modo que ao invés de um planejamento que estabelecesse, do contrário, os despossuídos apenas se fixaram distantes onde foi possível.

A partir de 1966 começaram os projetos de planejamento para integração da Amazônia, onde o projeto Zona Franca de Manaus previa a construção de um polo industrial instituindo incentivos fiscais. Segundo Barbosa (2017, p. 59) o plano de integração da Amazônia estava ligado aos interesses do capital, em criar um polo de indústria no local pelas condições físicas e o seu exército industrial de reserva. Assim, o discurso da integração, possibilidade de trabalho e terra leva a uma intensa migração para o norte do país, promovendo a urbanização concentrada.

Em termos de moradia, Manaus tem em sua especificidade dois modos diferentes de ocupação: (1) encostas de igarapés ao longo de áreas inundáveis construíam suas casas de madeiras, as palafitas; (2) em terrenos em terra firme por meio de ocupações irregulares, este processo foi o responsável não apenas pela criação de bairros ao longo da cidade, mas também pela expansão urbana em Manaus (MACIEL, 2016; BARBOSA, 2017, pp. 63-64). O problema habitacional em Manaus teve início pela implantação técnica no espaço: inserção de planos desenvolvimentistas materializados na implantação de indústrias. Ocorre que esse movimento gerou atratividade populacional que teve impactos significativos na estrutura urbana da cidade e do meio ambiente (ALVES, FREITAS E SANTOS, 2020)

A zona leste da cidade de Manaus tem sua especificidade pela quantidade de bairros surgidos a partir de ocupações informais de terra. Foi a partir do estabelecimento do bairro do Coroadó que as adjacências foram gradativamente ocupadas com variações entre interferência do Estado ou não. A produção da zona leste da cidade se deu mediante a possibilidade de adquirir um lote para si, isso implicou nas dificuldades do afastamento de infraestrutura adequada para a realização de uma vida digna. Como afirma Rodrigues (1984), esse processo faz da lógica da terra como mercadoria, que é quando “os que mais precisam usufruir de uma cidade com serviços e equipamentos públicos – aqueles que têm baixos salários – compram lotes/casas em áreas distantes, onde o preço é mais baixo” (RODRIGUES, 1984, p. 22).

É com a criação da Av. Autaz Mirim e seus posteriores melhoramentos que a possibilidade da expansão da cidade para a leste se faz de maneira muito mais intensa, a avenida consolidou ocupações e o surgimento de novos bairros, anos mais tarde surge o bairro de Jorge Teixeira e Tancredo Neves ao longo da Avenida, fruto de ocupações (BARBOSA, 2017, p. 132-142).

E quanto às demais áreas da cidade, não sofreram ocupações? Sim, sofreram. Segundo Barbosa (2017, p. 25) “as ocupações irregulares fazem parte da história de produção de Manaus”, entretanto existem interferências do Estado que hora intensificam ou enfraquecem esse processo, de modo que apesar de Manaus ter zonas mais claramente marcadas por uma valorização imobiliária, há o que aponta Prévôt-Schapira (2000) uma nova lógica de espaço fragmentado, com as classes mais altas que arrematam as terras às vezes muito perto de áreas produto de ocupações, pois no mundo moderno surgiram outras formas de separação e fronteiras e não mais a polarização dual de centro-periferia ou ricos-pobres.

No percurso pelos bairros em Manaus, é possível observar na morfologia urbana, na parte oeste, alguns bairros com presença de inúmeros condomínios, muros de grandes residenciais e uma valorização das terras com inúmeros comércios onde se encontram produtos com altos preços. O que aconteceu na zona oeste da cidade é que, sua lógica de organização do espaço deve ser observada pela lógica da valorização do capital. Dentro do sistema capitalista, os grupos sociais excluídos ocupam apenas aqueles espaços que a princípio não

interessam ao mercado imobiliário. Assim, o Estado articulado entre a dimensão política-econômica se dedica a manutenção do direito à terra privada e seus donos (BARBOSA, 2017, p. 70), assim, se “estabelece que os indivíduos que mais podem pagar, residem em áreas dotadas de equipamentos urbanos melhores” (BARBOSA, 2017, p. 70).

Utilizando o trabalho de Bartoli (2011) é possível compreender a zona oeste da cidade de Manaus, com um processo diferente da zona leste, revelando uma cidade de intensa configuração fragmentada. Segundo o autor, o padrão espacial encontrado ao longo da zona oeste é de loteamentos fechados e enclaves residenciais. Essa autosegregação das classes altas, baseada no medo da violência e busca da qualidade de vida em ambientes controlados e fortificados confere ao espaço uma diferenciação clara, entre aqueles que compram a terra e aqueles excluídos desse processo. Entretanto, aqueles detentores de capital antes de se autosegregarem, dependem de um processo anterior no qual o Estado faz parte. No caso de Manaus, Bartoli (2011, p. 53) afirma que a infraestrutura das principais avenidas que tem seus acentuados melhoramentos/investimentos tendendo a parte oeste e seus bairros, torna o espaço propício à valorização imobiliária, o que explica por fim, a concretização de um processo concentrando a maioria de habitantes de alta renda para esta zona da cidade, como explica o autor (BARTOLI, 2011, p. 53). Os condomínios surgem na medida em que há formação de loteamentos pelo mercado imobiliário, que os transformam em enclaves fortificados, dotados de natureza e lazer. A concentração desses lotes a oeste representa o deslocamento das elites para a periferia com tendência à zona oeste e centro-sul da cidade.

5.2 Configuração espacial da cidade de Manaus

As especificidades da cidade de Manaus emergem dentro um quadro mais amplo baseado na ideologia do capital que regula as relações socioespaciais dentro da produção capitalista do urbano. Apesar da lógica externa de mercantilização da terra ao qual Manaus está sujeita, se criam também padrões espaciais específicos fruto das relações históricas da produção da cidade e uma espécie de “não planejamento” para uns, aliado a uma produção segmentada para outros. Nesse sentido é que a organização da cidade tem no Estado um importante agente seja como indutor ou leniente e nos grupos sociais excluídos ou privilegiados os atores desse processo. A separação cada vez mais evidente da cidade em áreas valorizadas ou não, é reflexo do movimento de periferização da cidade, que além de revelar com maior clareza as desigualdades socioespaciais revelam de igual modo a consolidação das novas (re)estruturações urbanas na cidade, que tem na busca pela habitação vetor principal de expansão da cidade.

O processo dinâmico de crescimento da cidade “implica necessariamente uma reestruturação do uso das áreas já ocupadas” (SINGER, 1982, p. 29). Nesse sentido, as áreas das cidades vão passando por transformações em suas formas e conteúdos a partir dos sujeitos da cidade e em uma relação dialética com o mercado e o Estado. Em Manaus, um exemplo importante dessa transformação é o bairro do centro da cidade de Manaus em que desde a fundação da cidade até a década de 1970 era bairro de importante valor residencial, ao qual na busca pela moradia as adjacências eram as áreas mais procuradas pela proximidade com os principais serviços da cidade. Outrora o centro da cidade desde sua fundação sendo o centro da elite colonial, sucessivamente e principalmente ao longo das décadas de 1960 e 1990 foi perdendo seu valor residencial após os movimentos de expansão da cidade para as zonas periféricas com a criação e chegada de infraestrutura a inúmeros bairros. O Centro de Manaus torna-se então mesmo ainda sendo espaço habitacional, seu caráter comercial é o que mais representa o bairro aliando as práticas comerciais de inúmeros serviços urbanos ao movimento no porto de Manaus de trânsito de passageiros entre interior-capital no estado e as redes de abastecimentos vindo das cidades, vilas e produtores ao longo das calhas dos rios.

Saindo do bairro do Centro e seguindo em direção ao norte da cidade. Manaus conta com duas avenidas de extrema importância para a mobilidade: Av. Constantino Nery e Av.

Djalma Batista. Estas duas avenidas não apenas são significativas para a malha urbana, mas conseguem explicar áreas de valorização na cidade e a própria organização espacial da cidade a partir da possibilidade de acesso ao preço da terra ao longo das adjacências da avenida. Segundo a Tabela de valores básicos por bairro (SRIAP, 2022), onde a pesquisa de mercado mostra a média desses valores por bairros em m², sendo que a Av. Djalma Batista aparece com R\$ 1.973,85 o m² com enorme discrepância com os valores ao longo das demais avenidas que tem uma média girando em torno de R\$ 450, a exceção da Rua Maceió, Belém e Mário Ypiranga, zonas de alta valorização na cidade. Outro dado importante é que a zona centro-sul da cidade aparece como um polo de valorização tendo o conjunto de bairros com m² mais caro em relação às demais zonas, dos sete espaços elencados ao longo das zonas, cinco áreas apresentam os valores por metro quadrado a partir de R\$ 400, onde em outras zonas os valores oscilam. Sendo essa área de intensa valorização é evidente na paisagem do bairro sua condição, os inúmeros condomínios de médio e alto padrão, as áreas de serviços com importantes comércios de marca pela cidade. Entretanto, há uma peculiaridade urbanística que não torna a zona centro-sul homogênea, mas com áreas habitacionais populares fruto da ocupação de terras a partir de 1970, formando uma zona com mix de áreas, evidenciando a heterogeneidade dos bairros de Manaus.

A compreensão do valor da terra na cidade de Manaus é importante para entender não apenas a dinâmica de crescimento no urbano, mas as relações sociais de apropriação da terra e da apropriação de recursos na cidade. Nesse sentido, os resultados de Bartoli (2011) sobre a apropriação da terra urbana em Manaus ajudam a entender como a atual estruturação urbana da cidade segue uma lógica programada para aquisição das melhores áreas da cidade para as classes mais altas. O autor segue a seguinte lógica, de que para o “controle do espaço de uma classe social, os deslocamentos intraurbanos dominam a estrutura do espaço e a segregação é processo central definidor dessa estrutura” (BARTOLI, 2011, p. 51). O autor aponta que os eixos de valorização dentro da cidade seguem uma lógica que concentra as classes mais altas ao mesmo tempo em que as dispersa apenas ao longo das malhas viárias dotadas de melhor infraestrutura (BARTOLI, 2011, p. 53).

A questão habitacional aparece como vetor nesse processo de expansão da periferia. Em um processo que se retroalimenta, a aquisição da moradia nas melhores áreas e imóveis se dá a partir da classe social. A expansão dos grandes e pequenos condomínios, enclaves fortificados ao longo das principais avenidas e bairros dotados de melhor infraestrutura leva a uma relativa concentração da renda na cidade, definindo a partir das áreas de valorização os espaços de exclusão a partir dos grupos sociais, entre classes populares e as mais altas. Como afirma Singer (1982, p. 33) “a propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano, mas o funcionamento da economia capitalista não assegura o mínimo de renda a todos”. A lógica de análise do trabalho apresenta a segregação localizada a partir da média de maior renda na cidade de Manaus com dados do Atlas Municipal (2000). Apresento nessa mesma perspectiva o mapa de renda média com dados do SEPLANCTI-AM/IBGE (2017/2010) que revelam a lógica de concentração das camadas de renda alta e média ao longo das zonas centro-sul e zona oeste da cidade (Figura 2).

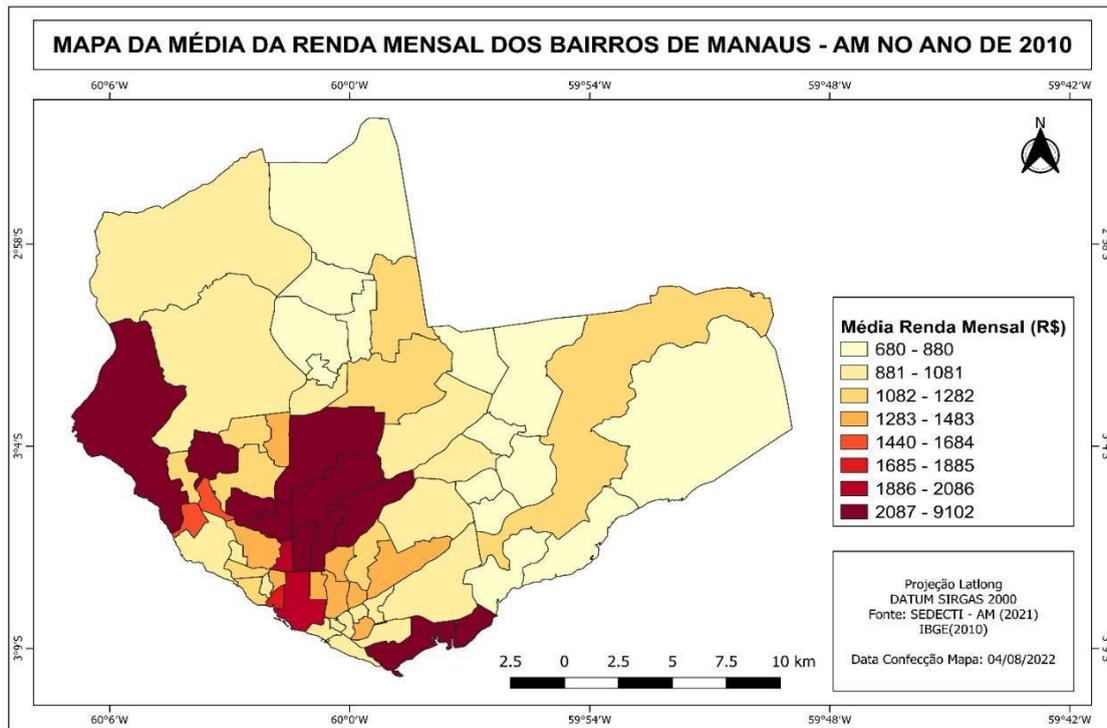


Figura 2: Mapa de renda média mensal por bairros (fonte: elaborado pelo autor).

O mapa ainda mostra o que as reflexões de Bartoli (2011) apontam que a reestruturação urbana da cidade está intimamente ligada à mobilidade residencial que redefine a(s) periferia(s) na cidade de Manaus. O mercado imobiliário e as classes não estão fixos na cidade, mas através de um dinâmico processo apropriam-se de novas áreas na cidade. No caso de Manaus, os novos empreendimentos imobiliários de loteamentos fechados e condomínios espriam-se para da zona centro-sul através de importantes avenidas para a zona oeste da cidade sendo a mobilidade residencial importante vetor de expansão/concentração das elites em Manaus. Outro fator central para compreensão da configuração urbana de Manaus, é a busca desses empreendimentos imobiliários pelas áreas de amenidades físicas, assim, “o que nos chama atenção é a diferenciação simbólica atrelada a essa fração do espaço, que exalta os atributos físicos [...]” (BARTOLI, 2011, p. 53).

A expansão da cidade de Manaus tem como ponto central o estabelecimento da Zona Franca de Manaus em 1967. O fluxo migratório daqueles que buscavam um emprego na indústria teve suas marcas na cidade a partir de quando aqueles que chegavam procuravam também por uma habitação. A população que procurava uma casa, quando não conseguiu se estabelecer nas fábricas em empregos formais ou mesmo aqueles que não conseguiram aderir ao processo burocrático de financiamento/compra de lotes optaram por habitar em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura em lotes ocupados a donos privados ou terrenos da união, fazendo destes terrenos “irregulares” do ponto de vista jurídico da propriedade privada. A zona leste da cidade “a partir de 1970 tem intervenções diretas por parte da população que buscava solucionar de imediato seu problema de moradia” (BARBOSA, 2017, p. 68).

A produção da cidade de Manaus se deu para as zonas norte e leste da cidade principalmente pela iminência da busca por moradia tanto de manauaras, quanto população que chegava do interior do estado quanto migrantes de outros estados do país. A questão habitacional gerou uma variedade de áreas ao longo dos próprios bairros que mesclam áreas planejadas como conjuntos habitacionais populares com áreas não planejadas que se estabeleceram via ocupações futuramente legalizadas e tornadas bairros, padrão comum ao

longo de todas as zonas da cidade. Alguns bairros foram significativos nesse processo como afirma Barbosa (2017, p. 68), “o Coroado não é a primeira ocupação da cidade, mas com a pesquisa, obteve-se o discernimento desta ocupação ser sim, a que promoveu a ampliação da malha urbana de Manaus para o Leste”. Do mesmo modo, o bairro da Cidade Nova aparece como vetor de expansão para a zona norte da cidade através da construção de unidades habitacionais planejadas (BARBOSA, 2017, p. 73).

O mapa abaixo é baseado nas reflexões discutidas neste tópico e servem para compreender a configuração da cidade em relação às suas vias. A partir da zona leste as avenidas 1 – Av. Autaz Mirim e 2 - Av. Cosme Ferreira foram importantes canais de inserção da população nas zonas mais internas da zona leste da cidade que tem o bairro do Coroado como porta de entrada e vetor da criação e expansão dessa zona, as avenidas consolidaram e expandiram bairros. Ao norte em amarelo, o bairro da Cidade Nova é o principal bairro de expansão para áreas adjacentes. As avenidas 4 e 3 são referentes às duas avenidas importantes da cidade: 3 – Av. Djalma Batista e 4 – Av. Constatino Nery, localizadas entre bairros de concentração de classes de média e alta renda; trago ainda ao longo dessas duas avenidas o bairro de Nossa Senhora das Graças, emblemático bairro que se valeu de sua localização entre áreas de intensa valorização que geraram uma das áreas comerciais e residenciais mais nobres da cidade dentro do bairro (Conjunto Vieiralves), localizando-se entre importantes avenidas. Por fim, as áreas de expansão valorizadas da cidade se encontram em direção/seguindo a zona oeste de Manaus, a partir da 5 - Av. Coronel Teixeira em direção aos bairros de Ponta Negra e Tarumã.

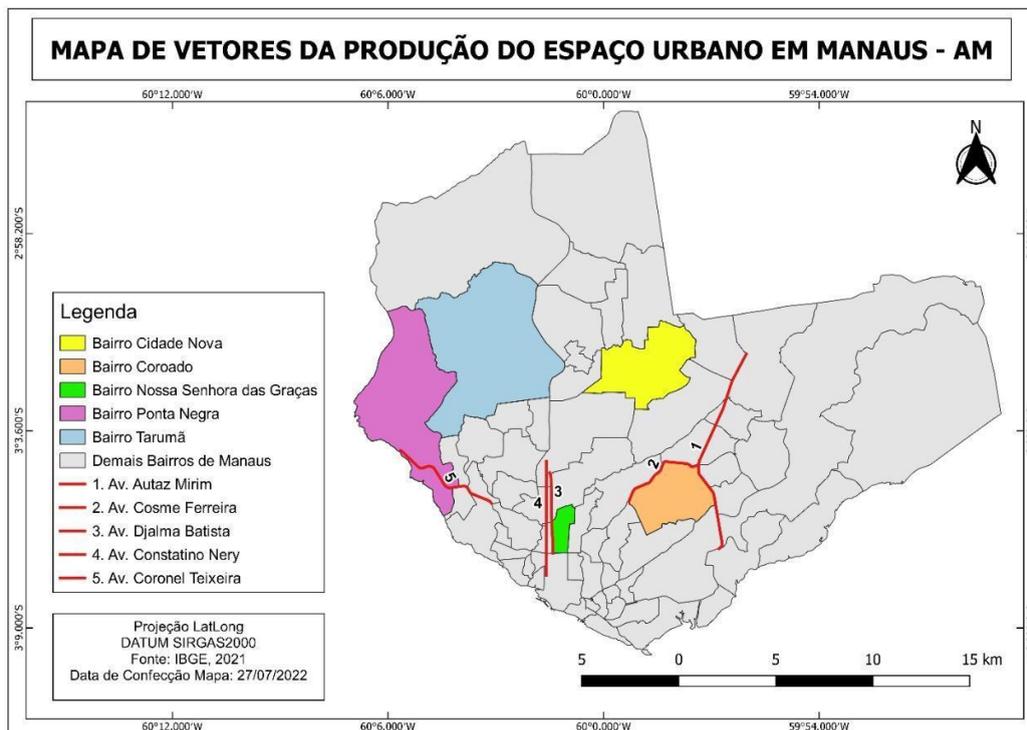


Figura 3: Mapa de bairros vetores da (re)estruturação/expansão da cidade (fonte: elaborado pelo autor).

Nesse sentido é possível compreender que a lógica de planejamento da cidade de Manaus, quando não na ausência dele, foi/é de um “planejamento urbano modernista direcionado a dominação ideológica” (MARICATO, 2011 apud BARBOSA, 2017, p. 76). A cidade com seus primeiros planejadores teve no embelezamento paisagístico seu principal objetivo como cidade, a falta de um planejamento e estrutura de expansão da malha urbana da cidade

ficou evidente com outro ingrediente que foi o intenso fluxo migratório na década de 60 e 70. Assim, nasce a cidade fragmentada de Manaus que em relação dialética se conecta a partir de outros modos, seja a partir de sua gente, seus igarapés ou suas vias. O problema da habitação é central para ser pensado no caso de Manaus, pois revela a ineficiência do Estado em conseguir lidar com a emergência de uma alta no quadro demográfico e a necessidade da habitação. Sendo assim, os espaços menos valorizados constituem-se por outro modo de olhar como solução para quem não dispõe de formas de competir no acirrado jogo de aquisição da moradia. O estabelecido processo de organização capitalista do espaço torna-se quase como uma receita, sendo que o padrão periférico de crescimento pode ser visto em outras cidades: áreas valorizadas em contraposição a áreas populares com deficiência de infraestrutura e locus da habitação de camadas populares.

5.3 Palafitas e ocupações informais: as estratégias do habitar

O processo intenso de crescimento horizontal da cidade de Manaus tem na sua centralidade a busca por moradia. Aliado ao fator de expulsão das classes mais baixas das áreas mais centrais da cidade pelo alto preço da terra, se criaram fora do planejamento urbano, formas de apropriação do espaço dentro da cidade dentro daquilo que foi possível para os que mais precisavam de uma casa.

Na cidade de Manaus, novas alternativas para habitação foram encontradas pelas classes sem acesso a um lote de terra: morar em cima das águas ou na extrema periferia da cidade em ocupações nos limites cidade-floresta. Necessário salientar que essas formas de produção da moradia são resultado da desigualdade urbana. Nesses espaços há a precariedade urbana pelo distanciamento do centro da cidade e da infraestrutura urbana, desse modo: “muitos dos problemas da sociedade são de natureza social refletidos espacialmente, afinal, eles são explicitados pelas desigualdades socioespaciais” (BARBOSA, 2017, p. 61).

As palafitas são casas de madeiras erguidas e sustentadas por estacas do mesmo material. São casas típicas do contexto amazônico baseadas na lógica das áreas de várzea, pelo regime de subida e descida das águas. No contexto urbano, desde 1920 as casas sobre as águas em Manaus cresceram em densidade ao longo dos canais fluviais urbanos, os chamados igarapés. Palafitas se constituíram dentro do contexto urbano amazônico como recurso para habitação, geralmente envoltos de precariedade por se localizarem ao longo de canais poluídos ao quais no regime de subida das águas precisam lidar com o contato com esses afluentes urbanos contaminados e dejetos materiais e químicos que descem pelas águas.

Um dos bairros onde há uma grande concentração de casas de palafitas é no bairro de Educandos, na zona sul da capital. As casas de palafitas margeiam a parte leste do bairro ao longo do Igarapé do Educandos, igarapé localizado na foz da bacia hidrográfica do Educandos. O igarapé, por estar na foz, recebe inúmeros dejetos químicos e materiais ao longo da bacia em seus afluentes, que na época da cheia ocupam a superfície das águas e ficam por entre as casas inundadas.

A produção do espaço ao longo das casas de palafitas tem seu contexto histórico, como já discutido, nos ciclos migratórios ao qual Manaus experimentou. Os primeiros moradores construíram suas casas mediante a possibilidade de espaço e materiais disponíveis. A partir da possibilidade de pesquisa em campo, é possível compreender que estes espaços passam por uma lógica da propriedade privada adaptada ao contexto amazônico, apesar das águas não poderem ser loteadas, as casas são construídas conectadas umas às outras. O estabelecimento de um espaço para as casas e a possibilidade de construção se faz geralmente pelas: (1) relações de parentesco e (2) condições físicas de construir a casa após as outras mais adentro do rio. A produção do espaço em áreas de palafitas se faz de dentro do bairro em direção ao rio, de forma horizontal, as primeiras casas ficam mais perto da terra firme enquanto as próximas ficam mais adentro do canal fluvial.

Ao longo do tempo, as casas, passam de pais e mães aos filhos ou então são vendidas. Este fato revela que as relações de compra e venda devem considerar os contextos, no caso de Manaus, a compra-venda também se dá em cima das águas, não se constituindo em compra do solo, mas apenas da habitação em si, ao qual pelos planos urbanísticos podem ser removidas o que confere tanto insegurança ambiental (pela condições precárias a saúde e a vida em áreas alagadas) quanto insegurança jurídica pela falta da posse do espaço habitado.

Não apenas entre as casas, as relações de espacialidade se difundem a partir do processo de produção da habitação criando um sentido de moradia, ou seja, para além da casa, fortes relações com seu entorno, ruas próximas e o bairro. Nesse sentido, a produção da moradia está intimamente relacionada a produção da vida e das relações sociais, ao se produzir o espaço, (re)criam-se relações das quais ligam espaço-lugar, a criação de uma proximidade mais do que física mas de relações sociais expressas no urbano (OLIVEIRA e COSTA, 2007).

Os antigos planos urbanísticos não foram capazes de promover uma solução para as migrações e a falta de moradia na cidade. As ações movidas pelo Estado pautaram-se em remoções das áreas centrais da cidade para as áreas longínquas na franja urbana. Segundo Barbosa (2017, p. 51-52) após o decreto de 10 de abril de 1965 de remoção da chamada “Cidade Flutuante”, foi solução encontrada para a crise habitacional local, os moradores foram levados às extremas periferias para reconstruírem seus barracos. Para aqueles que não conseguiram casas em pequenos conjuntos habitacionais construídos pelo governo, mostrou-se como solução, “muitas famílias a obterem terras ou casas por invasões, seja em terrenos particulares, do Estado ou da União” (BARBOSA, 2017, p. 52). Assim, a produção do espaço em ocupações também se deu em Manaus em contexto de terra firme. Na cidade, há uma continuidade do processo de ocupações informais para fins habitacionais. Barbosa (2017, p. 189) identifica a continuidade das ocupações principalmente nas áreas da zona leste da cidade em diferentes bairros de forma descentralizada: como é o caso da Comunidade da Sharp (bairro Armando Mendes) que surgiu nos anos 2000, assim como casos de ocupações nos limites da zona como ocupações surgindo ao longo do bairro Distrito Industrial II.

A demanda por moradia na cidade de Manaus se expande, “mas a prática de se planejar o espaço da cidade Manaus, é similar às elaboradas décadas passadas” (BARBOSA, 2017, p. 189). As novas ocupações identificadas ao longo da zona leste da cidade e demais zonas, são um sintoma da deficiência no trato habitacional da cidade de Manaus. Novas ocupações são identificadas, ao longo dos bairros Colônia Antônio Aleixo e Distrito Industrial II na zona leste da cidade onde se podem encontrar fenômenos de “Indústria da invasão” e “locatários invisíveis” (BARBOSA, 2017, p. 192).

Um dos casos dessas ocupações é a Comunidade Coliseu. Têm sua gênese como ocupação informal desde 2015. Localizada na zona leste da cidade, a comunidade serve como espaço de análise para a reflexão da produção do espaço em ocupações em terra firme em Manaus. A ocupação tem início através de uma ocupação organizada pelos primeiros ocupantes que não dispunham de moradia e construíram seus primeiros barracos no local se estabelecendo. A outra leva de moradores chegou por saber da possibilidade de moradia. Os terrenos foram divididos a partir de lotes, de forma que há a formação de ruas, neste sentido se entende que o germinar do espaço na comunidade se fez pensando na possibilidade da definitiva posse de seus terrenos e na intervenção do Estado nestes espaços, de modo que a divisão primeira se fez considerando a futura chegada de infraestrutura no local.

As formas da situação habitacional no espaço urbano da cidade de Manaus revelam que há uma discrepância gerada em torno da Zona Franca, instalada na região sobre o signo do desenvolvimento apresenta um entrave na distribuição dessa renda que reverbera, enquanto sintoma na dificuldade em acesso a terra, fazendo com que o problema seja evidente a partir das novas formas de ocupação que surgem ao longo da cidade.

O reconhecimento da problemática da questão habitacional em Manaus passa principalmente por estar no local ouvindo aqueles que são os principais sujeitos dessa trama. Quanto mais compreendidos, melhores políticas de planejamento serão articuladas em consonância a uma realidade calcada em contextos próprios, do contrário, serão medidas exógenas baseadas em remoções e desvinculação ao seu mundo vivido, gerando uma cidade com “casas desarticuladas” da realidade local. As questões que se impõe, refinam nosso olhar e consolidam o estabelecimento de contraposições a planos cartesianos e tecnicistas se postos em prática na busca do conhecimento habitacional em Manaus como: (1) quem são as pessoas que ocupam? (2) qual seu local de origem? (3) qual sua condição de renda? (4) o que buscam ao ocupar e por qual motivo ocupam? (5) como estabelecem suas redes para estabelecimento da vida no local ocupado? Essas questões propõem avanços para antever a problemática urbana e definir rumos ao lidar com a questão habitacional, prevendo e resguardando aqueles que mais precisam que vivem uma vida marcada pela precariedade.

6. Conclusões

Nesse sentido, a produção do espaço se faz a partir de uma lógica, lógica da exclusão, valorização urbana, mercado imobiliário e de adensamento de investimento em zonas de boa infraestrutura, excluindo muitos sem poder de compra desse processo que leva a um zoneamento urbano baseado na separação de classes. Mesmo excluídos, os grupos têm em suas relações possibilidades: construção de formas de aproximações baseadas no cotidiano em que travam junto ao Estado as lutas para conseguir seu espaço na cidade.

As principais proposições que se colocam é que de fato Manaus cresce com áreas de valorização em tendência para a zona oeste da cidade através de um processo de valorização imobiliária que se adensa a partir das avenidas que dispõe de melhor infraestrutura, aqueles das classes mais baixas ocupam terrenos e habitam de modo informal nas extremidades da zona leste da cidade como foi possível compreender a partir do cruzamento das análises dos dois trabalhos (BARTOLI, 2011; BARBOSA, 2017). e observações na cidade. Existem variações nessa dinâmica como focos de ocupações em demais áreas da cidade. Foi possível compreender que há um padrão de adensamento por classes em zonas distintas. Essa configuração do espaço se consolida na busca por moradia, seja a partir das classes mais altas em mobilidade para os condomínios que se espraiam para a zona oeste ou com os excluídos do mercado imobiliário que buscam terras na zona leste.

Para o planejamento urbano é necessário que se pense que toda implantação técnica tem implicações espaciais como no caso de Manaus: as experiências de produção sejam na extração do látex ou com a Zona Franca de Manaus, foram eventos que impactaram na produção do urbano na cidade. Como no jogo capitalista nem todos saem ganhando, aqueles que não conseguiram pagar pelo preço da terra encontraram formas de habitar dentro do possível. Relegados às áreas menos valorizadas, o fenômeno da precariedade habitacional tem envolto em si a pobreza. Assim, habitantes de palafitas e ocupações informais se estabelecem em espaços de baixa infraestrutura.

A reflexão acerca dos problemas habitacionais locais de cada cidade brasileira devem ser analisados no nível de sua especificidade. Apesar do padrão em que se formam as periferias brasileiras, fruto da falta de acesso à terra nas áreas centrais: cada fenômeno de crise habitacional ocorre com características específicas. Na cidade de Manaus é necessário chegar às palafitas e às ocupações, no nível do cotidiano compreender como estes sujeitos pensam a sua cidade ideal e como imaginam formas melhores de acesso a cidade distanciada: as principais avenidas e serviços. A concentração das classes mais altas em zonas específicas está diretamente ligada ao preço da terra e do m², em contrapartida, os níveis de salários não cobrem o acesso à moradia ideal, mas sim, a moradia possível. Nesse sentido, os planos que se contrapõem à lógica dominante de acesso à terra devem ser construídos da base, da

comunidade, levando contribuições significativas de antítese a um modelo já consagrado de uma cidade melhor apenas para aqueles que podem pagar por ela.

7. Referências

- ALVES, A. C; FREITAS, I. S. de; SANTOS, M. Q. dos. Análise multitemporal da expansão urbana da cidade de Manaus, Amazonas, utilizando imagens de satélite. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, vol. 11, p. 305 – 317, maio, 2020.
- BARBOSA, Tatiana da Rocha. **Ocupações Irregulares e a (re) produção do espaço urbano da zona Leste de Manaus (AM): da ilegalidade do processo a legalidade da questão da moradia**. 2017. 217f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.
- BARTOLI, E. Apropriação da terra urbana na cidade de Manaus: a natureza loteada no bairro Tarumã. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.49-69.
- BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Editora Alfa-Omega, 2ª ed. SP, 1982. (37-70)
- CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GE USP – Espaço e Tempo**. São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.
- CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. **Ge USP – Espaço e Tempo** (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020.
- CORRÊA, R. L. A periferia Urbana. **Geosul**, v. 1, n. 2, pp. 70-78, 1986.
- CORRÊA, R. L. Processos Espaciais e a Cidade. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, 41(3): 100-110, jul./set. 1979.
- CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016.
- KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator da evolução**. Tradução de Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião/SP, A Senhora, 2009, p. 65.
- KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do pão**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- MACIEL, F. B. Assentamentos precários: o caso de Manaus. In: MORAIS, M. da P; KRAUSE, C.; LIMA, V. C. N. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. – Brasília: Ipea, pp. 249 – 306, 2016.
- MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Editora Alfa-Omega, 2ª ed. SP, 1982.
- OLIVEIRA, V. F. de. **Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- RECLUS, Élisée. **L’homme et la Terre**. Paris, Librairie universelle, Tome I e VI, 1905.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- SANTOS, C. C. B. **Direito à moradia na cidade de Manaus**. SER Social, [S. l.], n. 8, p. 209–234, 2009.
- SEPLANCTI. **Mapa da área urbana de Manaus**. SEAP/GOV-AM, 2017. Disponível em: <https://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Mapa_área_urbana_da_cidade_de_Manus.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

SINGER, P. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, E. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. Editora Alfa-Omega, 2ª ed. SP, 1982, (21-36).

SRIAP. **Valores básicos por bairro, Manaus**. PGM, Prefeitura de Manaus, 2022. Disponível em: <<https://pgm.manaus.am.gov.br/valores-basicos-dos-bairros-r/>>. Acesso em: 01 dez. 2022.